

REQUERIMENTO nº 183/2021



Súmula: - Requer informações do Executivo junto a Secretaria de Governo, Sr. Wagner José Fernandes, **estudos de viabilidade para implantação do sistema Tarifa Social nos ônibus do município.**

REQUEIRO à Mesa, após ouvido o Douto Plenário na forma regimental vigente, seja oficiado ao Excelentíssimo Prefeito Igor Soares para que interceda junto a Secretaria de Governo **estudos de viabilidade para implantação do sistema Tarifa Social nos ônibus do município.**

Justificativa

Senhor Presidente: -

Senhores Vereadores: -

Senhoras Vereadoras: -



Tendo como foco uma gestão humanizada, busco sempre alternativas de melhores condições para a população itapeviense.

Dentro dessa linha de raciocínio, quero aqui compartilhar um estudo que realizei para beneficiar ainda mais as pessoas que utilizam o transporte público. Trata-se do sistema Tarifa Social que contemplam os usuários das linhas de ônibus a utilizarem o transporte aos fins de semana e feriados com tarifa 50% (cinquenta por cento) menor do valor habitual da passagem.

A tarifa dos sistemas de transporte coletivo por ônibus sempre foi rotulada de uma forma simpática de tarifa social, pois entendia-se que o valor praticado se atingiria a imensa maioria da população das cidades.



O transporte coletivo por ônibus teve o seu início nas décadas de 1940 e 1950 e o seu apogeu no final dos anos 1980. No final dos anos 1990, após o Plano Real, o número de passageiros transportados foi caindo ano a ano. Os motivos da diminuição do número de passageiros são diversos, mas os principais são: popularização do automóvel, falta de investimento em infraestrutura viária e aumento das gratuidades.

A “farra” do aumento das gratuidades no transporte coletivo, patrocinada pelos prefeitos e vereadores nos últimos 40 anos, é sem sombra de dúvidas o principal elemento que torna as tarifas dos transportes coletivos injustas socialmente.

Nas principais capitais brasileiras, a média das gratuidades fica em torno de 17%. Porto Alegre conseguiu superar em longe este número.

Destes, o único que não tem desconto ou algum tipo de cobertura tarifária é o passageiro pagante (dinheiro). O passageiro pagante é aquele que não tem carteira assinada, caso contrário teria o vale-transporte, e trabalha informalmente.

O IBGE divulgou uma pesquisa no final de 2017 em que foi constatado que 50% dos trabalhadores brasileiros ganham abaixo do salário mínimo, ou seja, são trabalhadores do mercado informal. Fonte: Antonio Augusto Lovatto – Engenheiro, pós-graduado em Sistemas de Transportes

Diante do exposto, peço que os nobres vereadores aprovem esse requerimento.

Sala das Sessões Bemvindo Moreira Nery, 25 de janeiro de 2021.

Anderson Cavanha

(Bruxão Cavanha – PL)

Vereador